

RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

PESQUISA DE INICIATIVAS  
DIREITO À MORADIA E COVID-19

# A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO EM FACE DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA NO BRASIL, EM CONTEXTO PANDÊMICO

## RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

### PESQUISA DE INICIATIVAS DIREITO À MORADIA E COVID-19

# A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO EM FACE DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA NO BRASIL, EM CONTEXTO PANDÊMICO

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

R484a

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo

A atuação do judiciário brasileiro em face do direito à moradia adequada no Brasil, em contexto pandêmico [recurso eletrônico] / Tarcyla Fidalgo Ribeiro, Marcelo Elbs Cafrune, Hanna Cláudia Rodrigues. – São Paulo : Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU, 2022.  
68p.

*Relatório final da Pesquisa de Iniciativas : Direito à Moradia e Covid-19*

Recurso digital

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN 978-65-994530-3-8 (online)

1. Política habitacional - Brasil. 2. Direito urbanístico - Brasil. 3. Direito à moradia. 3. Pandemia do COVID-19. 4. *Pesquisa de Iniciativas : Direito à Moradia e Covid-19*. I. Ribeiro, Tarcyla Fidalgo. II. Cafrune, Marcelo Elbs. III. Rodrigues, Hanna Cláudia. III. Título

CDD 363.5981

---

Ficha elaborada pela bibliotecária – Camila Zanini Luz Pereira CRB 8/10143



## **Instituição**

IBDU | Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico

Fernanda Carolina Costa | Diretora-geral  
Paulo Somlanyi | Vice-Diretor Geral  
Betânia de Moraes Alfonsin | Coordenadora de Relações Internacionais  
Nelson Saule | Coordenador de Relações Internacionais  
Paula Ravanelli Losada | Coordenadora de Relações Institucionais  
Allan Ramalho Ferreira | Coordenador de Relações Institucionais  
Fernando Bruno F. | Coordenador de Ensino e Pesquisa  
Adriana Lima | Coordenadora de Ensino e Pesquisa  
Juliana Andréa Oliveira | Conselheira da Regional Norte  
João Aparecido Bazolli | Conselheiro da Regional Norte  
Lígia Maria Silva Melo de Casimiro | Conselheira da Regional Nordeste  
Érica Guimarães | Conselheira da Regional Nordeste  
Marivaldo Pereira | Conselheiro da Regional Centro-Oeste  
Sabrina Durigon Marques | Conselheira da Regional Centro-Oeste  
Rosane de Almeida Tierno | Conselheira da Regional Sudeste  
Tarcyla Fidalgo Ribeiro | Conselheira da Regional Sudeste  
Marcelo Leão | Conselheiro Fiscal  
Gilmar Bittencourt Santos Silva | Conselheiro Fiscal

## **Coordenação Geral**

Tarcyla Fidalgo Ribeiro  
Marcelo Eibs Cafrune

## **Coordenação Adjunta**

Hanna Cláudia Freitas Rodrigues

## **Pesquisadoras/es**

### **(Segunda fase da pesquisa - Direito à Moradia e Covid-19)**

Adriana Nogueira Vieira Lima  
Ana Mônica Medeiros Ferreira  
Antônio Celestino da Silva Neto  
Ariana Ferreira de Alencar Moraes  
Arthur Votto Cruz  
Arthur Grellert dos Santos  
Bruno Barbosa Heim  
Clara Vitória da Cruz Albuquerque

Daniela Suarez Pombo  
Ellen Costa Santos  
Helena Duarte Marques  
Isabella Dantas Oliveira  
Jéssica Tamires da Silva  
Júlia Vivas da Silva  
Kelvia Oliveira Alcântara Maia  
Lara Caldas Fernandes da Silveira  
Lara Paula de Meneses Costa  
Larissa Carvalho de Oliveira  
Layessa Edwiges Vieira Ferreira  
Letícia Novais Barbosa de Fonsêca  
Lorena Azevedo dos Santos  
Lorena de Oliveira Celestino  
Liana Silvia de Viveiros e Oliveira  
Lino Fernando Bragança Peres  
Lucas dos Santos Figueredo  
Marcela Simões Silva  
Marcelo Leão  
Marcelo Uchôa Wanderley  
Maria Clara Andrade Cavalcante  
Matheus Silva de Sá  
Olivia Ferreira de Lavor  
Paula Gabriela de Albuquerque Soares  
Rosangela Lunardelli Cavallazzi  
Ruth Ana Pereira de Araújo  
Sarah Ferreira Benício Moreira  
Yasmin Cordeiro de Melo  
Thamara Madeiro Melo

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

.....7

## AGRADECIMENTOS

.....9

1. SOBRE A PESQUISA DE INICIATIVAS .....10

2. PROBLEMA DE PESQUISA.....14

3. METODOLOGIA ..... 17

3.1 O universo de pesquisa institucional .....17

3.2 O universo de pesquisa das decisões judiciais .....18

3.3 Etapas de trabalho ..... 19

3.3.1 Sistematização de dados e redefinição do projeto... 19

3.3.2 Coleta de dados e cadastramento das decisões .....20

3.3.3 Análise dos dados e produções ..... 21

3.4 Desafios ..... 23

3.4.1 Inconsistência das plataformas virtuais dos Tribunais de  
Justiça ..... 24

4. PANORAMA ESPACIALIZADO DAS DECISÕES ..... 26

4.1 Representatividade territorial .....26

4.2 Quantitativo de decisões mapeadas..... 27

4.3 Quantitativo de decisões cadastradas ..... 30

4.4 A Coletânea de Jurisprudência ..... 33

5. ANÁLISE TERRITORIAL DOS DESPEJOS NO BRASIL ..... 34

5.1 Das decisões que mantiveram os despejos na pandemia .... 37

5.2 Análise cartográfica das decisões que mantiveram os despejos  
na pandemia ..... 38

5.3 Das decisões que suspenderam os despejos na pandemia....38

6. ANÁLISE DOS ARGUMENTOS UTILIZADOS PELO JUDICIÁRIO ..... 40

7. EIXOS TEMÁTICOS ..... 41

7.1 Prática Jurídica - Informação, publicidade e transparência nas/ das práticas jurídicas.....	41
7.2 Desposseção, direito à moradia e Direito à Cidade na pandemia – interseccionalidade e Instrumentos de política urbana.....	43
7.3 Lutas sociais, mobilização e acionamento do sistema de justiça – Conflito, prática política e prática jurídica .....	44
8. CONSIDERAÇÕES .....	46
9. RESULTADOS – PUBLICAÇÕES VINCULADAS À PESQUISA .....	49
10. REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA .....	50

## APRESENTAÇÃO

A pandemia da COVID-19 vem, desde março de 2020, impactando a ordem jurídica brasileira, o que pode ser observado pelo volume de ações judiciais, recomendações e leis - municipais, estaduais e federais - que são justificadas ou buscam intervir na crise sanitária. No âmbito dos direitos urbanos não foi diferente: há uma proliferação de normas e decisões judiciais, por exemplo, que mobilizam o contexto da pandemia em seus fundamentos.

Mudanças legislativas, cortes no orçamento, desestruturação de políticas públicas, criminalização de movimentos sociais etc. são algumas dimensões do retrocesso político-jurídico no campo do direito à cidade por que passa o Brasil desde, pelo menos, 2016. As crises política, econômica e sanitária aprofundam alguns elementos que historicamente marcam os processos de urbanização no Brasil, o planejamento urbano e a efetivação dos direitos, inclusive e muito fortemente, o direito à moradia adequada.

Neste cenário, é de fundamental importância identificar, sistematizar e analisar a produção jurídica deste período sobre o direito à moradia adequada, seja para negá-lo ou efetivá-lo. É igualmente relevante que a produção jurídica acadêmica contribua para o desvelamento das assimetrias de poder que estruturam as cidades brasileiras, de forma a identificar e compreender os padrões de desigualdade que se expressam na tutela dos direitos urbanos.

No intuito de melhor compreender essa realidade e contribuir com a disseminação de práticas, no campo do Direito Urbanístico, que possam

minorar os impactos da pandemia, bem como de buscar dimensionar a postura do Judiciário Brasileiro ante à crise, o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU - apresenta a **Pesquisa de Iniciativas - Direito à Moradia e Covid-19**, que faz uma análise sobre a atuação do judiciário brasileiro diante do tema da moradia adequada no Brasil, no contexto pandêmico, realizada por uma rede de pesquisadoras/es voluntárias/os, juristas e urbanistas de todo o país.

Trata-se de um levantamento da produção jurisdicional relacionada ao Direito à Moradia Adequada no Brasil e os inúmeros conflitos surgidos durante a pandemia na busca por sua garantia. Esse levantamento foi estruturado a partir do mapeamento das decisões sobre o tema do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos cinco Tribunais Regionais Federais e de dezessete Tribunais de Justiça em todo território nacional, conforme critérios populacionais e regionais.

É, portanto, objetivo desta pesquisa: (i) identificar e descrever como o Estado brasileiro, por meio do Poder Judiciário, atuou relativamente às orientações e meios para a sustentação institucional e garantia do direito à moradia adequada e (ii) disponibilizar um acervo técnico que sirva como base de consulta a ser acessada por pesquisadores e profissionais do direito, subsidiando-os no desenho e/ou na execução de seus respectivos projetos de pesquisa e/ou intervenção direta junto ao Poder Judiciário, de forma a subsidiar ações de incidência social de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19 no Brasil.



## AGRADECIMENTOS

A pesquisa de Iniciativas - Direito à Moradia e Covid-19, só foi possível ser realizada pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, graças à rede de pesquisadores e pesquisadoras, altamente comprometidos(as) com a urgência do tema e suas implicações no âmbito jurídico e social, que se formou em torno desta iniciativa.

Aos pesquisadores de outras frentes IBDU que contribuíram com a articulação entre levantamentos, mecanismos de buscas e metodologias de análise, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana, Rede Nordeste de Monitoramento e Incidência em Conflitos Fundiários e Campanha Nacional Despejo Zero.

# Biblioteca de iniciativas Direito Urbanístico e Covid-19



## 1. SOBRE A PESQUISA DE INICIATIVAS

Este projeto nasce em 2020 com a Pesquisa de Iniciativas - Direito Urbanístico e Covid-19, assinada pelos(as) pesquisadores(as) Adriana Lima, Alex F. Magalhães, André Bandeira, Fernanda Costa, Fernando Bruno, Flávia Pedrosa Pereira, Helena Duarte, Hanna Cláudia F. Rodrigues, João Telmo Filho, Juliana A. Oliveira, Lara Caldas, Letícia Osório, Luciana Bedeschi, Lucas Figueredo, Marcelo Cafrune, Marinella Araújo, Mayara Souza, Miguel Reis, Mila Costa, Patrícia Cardoso, Patrícia Finamori, Paulo Romeiro, Rodrigo Faria G. Iacovini, Rosane Tierno, Tarcyla Fidalgo e Tatiana Cotta. O recorte temático, de maior abrangência, incluía os

seguintes temas: direito à moradia adequada (abrigos provisórios, políticas habitacionais, etc.), despejos e remoções (reintegração de posse, demolitória, etc.), serviços urbanos (energia elétrica, água, saneamento, internet, etc.), mobilidade (transporte público, restrições ao trânsito em espaços públicos, *lockdown*, etc.), espaços públicos (restrições a atividades de lazer, realização de eventos, etc.), e um campo aberto para o registro de outros temas relacionados ao Direito Urbanístico no contexto da pandemia, como o caso da reivindicação da renda básica emergencial e a suspensão de operações policiais em favelas.

Neste primeiro ciclo, a pesquisa publicizou um rico banco de experiências a partir das iniciativas localizadas na interseção entre Direito Urbanístico e a pandemia da COVID-19 nos seguintes âmbitos: a) organizações do sistema de justiça: ações e recomendações movidas por Defensorias Públicas e Ministérios Públicos; b) jurisdicional: decisões judiciais e provimentos de todos os tribunais do país; c) normativas: Poder Legislativo (projetos de lei e leis), Poder Executivo (decretos e portarias) e de organizações internacionais; d) sociedade civil organizada e conselhos: recomendações, notas técnicas, representações, resoluções de conselhos e peças jurídicas diversas.

O levantamento de aproximadamente 250 iniciativas, encontra-se sistematizado na [Biblioteca de Iniciativas - Direito Urbanístico e Covid-19](#)<sup>1</sup>

A análise do banco de dados da Biblioteca de Iniciativas de 2020, apontou que o principal tema enfrentado foi a questão dos despejos e remoções (reintegração de posse, demolitória, etc.), correspondendo a 60 iniciativas, ou a 25% do total dos registros, seguida dos conflitos relacionados à provisão do direito à moradia adequada (abrigos

---

<sup>1</sup> Acessível em: <https://ibdu.org.br/2021/05/13/biblioteca-de-iniciativas-em-relacao-ao-direito-urbanistico-e-covid-19/>

provisórios, políticas habitacionais, bolsa ou auxílio aluguel, etc.), com 20% dos registros no repositório; e sobre mobilidade (transporte público, restrições ao trânsito em espaços públicos, lockdown, etc.), com 13% de incidência.

As experiências reunidas indicaram o protagonismo das organizações do Sistema de Justiça, mediante a expedição de recomendações e proposição de ações judiciais pelas Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, no total de 92 iniciativas ou cerca de 40% dos registros - demandas, muitas vezes, provocadas por comunidades, associações, movimentos e redes da sociedade civil na luta pelo acesso à justiça. Na sequência, destaca-se a produção jurisdicional, com decisões judiciais e provimentos de diversos tribunais do país (57 decisões, equivalente a 25% das iniciativas) - destas, a maior parte das decisões cadastradas são do Sudeste, tratando do tema dos despejos e remoções durante a pandemia. Já as iniciativas da sociedade civil organizada, representaram 11% do total (ou 26 iniciativas). As novas leis e os novos decretos e portarias correspondem, cada uma, a cerca de 8% dos registros ou 20 iniciativas. As experiências normativas de iniciativa do Legislativo e Executivo, somadas, correspondem a 17% ou 40 iniciativas.

Além da Biblioteca de Iniciativas, a pesquisa em sua primeira etapa, lançou o dossiê com o tema do Direito à Cidade no contexto pandêmico, na [Edição 10 da Revista Brasileira de Direito Urbanístico](#), organizado por Adriana Nogueira Vieira Lima e Lígia Maria Silva Melo de Casimiro. O dossiê aborda, dentre seus temas, as posições legislativas na luta contra as remoções, análises das decisões judiciais que tratam de remoções e despejos, políticas de morte no cenário de crise sanitária, dentre outros.

A partir deste panorama geral da incidência de temas e atores na primeira etapa da pesquisa, se tornou notório o destaque - quanti e

qualitativo - do tema do direito à moradia, mais especialmente as medidas relacionadas a ameaças de despejo no curso da pandemia. A partir dessa constatação, optou-se por dedicar uma segunda fase da pesquisa inteiramente a este tema, dada sua urgência e relevância. Assim sendo, em 2021 a pesquisa, agora denominada **Pesquisa de Iniciativas- Direito à Moradia e Covid-19**, passou a mapear as decisões judiciais de segundo grau que envolviam demandas coletivas relativas ao direito à moradia, no âmbito urbano e no contexto da crise sanitária causada pela Covid-19.

## 2. PROBLEMA DE PESQUISA

Desde sua primeira fase, a pesquisa de iniciativas revelou profundas contradições e inconsistências do poder judiciário brasileiro quanto ao trato do tema do direito à moradia adequada em contextos urgentes. A ampla ocorrência de despejos coletivos durante a pandemia alertou os pesquisadores para a importância de se pensar o direito à moradia como indissociável do âmbito da saúde pública e coletiva.

De igual maneira, viu-se que para investigar os conflitos em torno da intersecção moradia e pandemia, era necessário considerar condições de risco e vulnerabilidade implicadas na própria noção de moradia e que ultrapassam a mera disponibilidade de habitação. Neste sentido, foi fundamental a realização de uma incursão aprofundada no conceito de moradia adequada, que passamos a expor brevemente abaixo:

O Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais aponta as características do direito à moradia adequada, a partir de três principais elementos: liberdades, garantias e proteções. Desta forma, a proteção contra a remoção forçada, o acesso igualitário e não discriminatório à moradia, o acesso à tomada de decisões referentes à moradia e a segurança da posse, por exemplo, são características inerentes ao Direito à Moradia Adequada.

Mesmo após mais de 50 anos do reconhecimento internacional do direito à moradia, o sistema de justiça se revela contraditório em muitos posicionamentos e argumentos utilizados para enfrentar conflitos sobre o tema. Um exemplo a ser destacado é o da baixa incidência do argumento da função social da propriedade nas decisões de segundo grau que, por outro lado, acionam muito o argumento da proteção da

propriedade privada, privilegiando proprietários que não cumprem a função social dos seus imóveis em detrimento de pessoas em situação de vulnerabilidade - situação que afronta os próprios preceitos constitucionais sobre o tema

Há ainda que se considerar a conversão econômica que sofre a política habitacional, para adaptar-se ao capitalismo rentista e financeirizado. A respeito disto, Gabriela Samrsla Moller et al, fala da financeirização da moradia: "Na moradia, a financeirização se manifesta mediante a ideologia da casa própria, socialização do crédito, inclusão de consumidores pobres no circuito financeiro e, por fim, a absorção do setor habitacional por finanças globais." (MARCO; MOLLER et al, 2021, p. 782).

Assim, no âmbito das políticas habitacionais, o processo de financeirização agrava a situação de instabilidade da segurança da posse – um dos componentes do direito à moradia, adequada - em favor de uma percepção mercadológica e da definição do consumo como mecanismo prioritário para se acessar direitos urbanísticos.

A pandemia causada pela covid-19 tornou todo esse cenário ainda mais claro e complexo. O fato de o acesso ao Direito à Moradia Adequada, às infraestruturas básicas urbanas e à saúde, estarem diretamente relacionados às interseccionalidades sociais, econômicas, de raça e de gênero, que pactuam lugares precarizados e unem na vulnerabilização de populações em todas as cidades do país.

A principal medida de segurança prevista pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para o enfrentamento à pandemia durante mais de um ano foi o distanciamento social, que alçou a moradia à condição de elemento indispensável para a preservação da própria vida. Com isso, a questão dos despejos e remoções se tornou ainda mais relevante,

justificando o trabalho da pesquisa que ora se apresenta e o engajamento dos pesquisadores envolvidos.

No que se refere ao direito à moradia, a pandemia da COVID-19 aprofundou e escancarou o já conhecido histórico brasileiro de desigualdade socioespacial, mercantilização da terra e privilégio da preservação da propriedade privada em detrimento do cumprimento da função social, explícito a partir das decisões coletadas pela pesquisa que se apresenta. Assim, a pesquisa Direito à Moradia e Covid-19, visa desvelar estas contradições através do mapeamento da judicialização do tema do Direito à Moradia adequada e da análise crítica de seus resultados, a partir de um diálogo com o campo social, urbanístico e político, a partir de uma abordagem interseccional.



## 3. METODOLOGIA

O método para análise de decisões judiciais compõe campo ainda em formação dentro da pesquisa científica na área do Direito. Trata-se de um universo de pesquisa complexo, considerando que o judiciário congrega diferentes interesses políticos, alinhamentos sociais e visões de mundo que ganham materialidade a partir das decisões proferidas por seus tribunais. Outro aspecto que agrega complexidade a esse universo de pesquisa é a impermanência e multiplicidade das decisões judiciais, que diferem de acordo com o julgador e apresentam uma curva de evolução no tempo a partir do amadurecimento dos debates sobre a temática. Nesta pesquisa, as decisões judiciais funcionam como ferramenta de mapeamento das demandas coletivas, conflitos e instrumentos jurídicos envolvidos na seara do Direito à Moradia bem como dos argumentos e gramáticas acionados pelos tribunais nesta seara.

### 3.1 O universo de pesquisa institucional

O primeiro método partiu de um amplo levantamento quantitativo, cujas buscas foram delimitadas pelos recortes temático, temporal e territorial. O primeiro deles, a já justificada **delimitação do tema: tratamento judicial dado a conflitos coletivos por moradia**. Para representar a diversidade de realidades, bem como desvelar possíveis distinções dentre tribunais e regionalidades, optou-se por um **recorte territorial amplo**, envolvendo Tribunais de Justiça das 5 regiões do país: a) Goiás e Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste; b) Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco e Ceará, na Região Nordeste; c) Pará e Roraima

na Região Norte; d) Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, na Região Sudeste; e, e) Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na Região Sul). Também foram mapeados os cinco Tribunais Regionais Federais, o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

A escolha dos Estados mapeados em cada região se deu pelo critério proporcional populacional, mantendo-se sempre em cada Região o Estado com menor índice populacional, afim de abranger estados descentralizados espacialmente, cujas realidades são por vezes, deslocadas das pesquisas e censos e, conseqüentemente, politicamente invisibilizadas.

Outra opção metodológica foi a de demarcar o **lapso temporal** das decisões judiciais nos respectivos tribunais: de **março de 2020 a setembro de 2021**. Para sistematizar as buscas entre todos os pesquisadores envolvidos, foram utilizadas as mesmas combinações de palavras-chaves em busca livre realizada na ementa e texto completo das decisões, no campo destinado à pesquisa de jurisprudência nos tribunais.

## **3.2 O universo de pesquisa das decisões judiciais**

Após uma série de experimentos e adequações metodológicas, definiu-se um universo de nove combinações de palavras-chave, definidas como critérios de busca padrão em todos os tribunais previamente selecionados. São elas: "moradia e pandemia", "moradia e covid"; "moradia e coronavírus"; "despejo e pandemia"; "despejo e covid"; "despejo e coronavírus"; "reintegração e posse e pandemia"; "reintegração e posse e covid", "reintegração e posse e coronavírus".

As decisões passaram a compor o universo de pesquisa a ser analisado nas etapas do processo de pesquisa, conforme será aprofundado no próximo item.

### 3.3 Etapas de trabalho

A partir da definição do universo de pesquisa acima descrita, o trabalho foi composto por 3 etapas: **a) sistematização de dados e redefinição do projeto; b) coleta de dados e cadastramento das decisões; e; c) análise de dados e produções.** Apesar de cada uma delas se dirigir à uma função específica e terem sido realizadas de forma sucessiva, ao longo do processo as etapas se sobrepõem e se complementam, uma prova disto é o fato de o projeto ser redefinido a cada necessidade de alteração imposta nas etapas de coleta de dados ou de análise dos dados, assim como foi possível compor notas analíticas e metodológicas, no momento do cadastramento das decisões.

#### 3.3.1 Sistematização de dados e redefinição do projeto

Nesta primeira etapa, dado o recorte temático escolhido para o segundo ciclo da pesquisa, o banco de dados já existente para a formação da Biblioteca de Iniciativas - Direito Urbanístico e Covid-19 foi revisitado e dele selecionadas as iniciativas que partiam do poder judiciário e que tratavam da manutenção ou negação do Direito à Moradia adequada.

Este acabou sendo o momento para sanear eventuais lacunas, como a atualização de informações que, no decorrer dos trâmites processuais, haviam mudado. Também nesta fase, realizou-se a reestruturação do projeto de pesquisa, com novo objeto e objetivos, momento em que se começou a consolidar as diretrizes metodológicas e divisão dos primeiros grupos de trabalho.

### **3.3.2 Coleta de dados e cadastramento das decisões**

As equipes se dividiram por Região. Os Tribunais Regionais Federais, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, foram distribuídos dentre as equipes regionais, conforme demanda quantitativa de decisões a serem mapeadas e número de pesquisadores voluntários. Ficaram estabelecidas reuniões internas com os grupos regionais, a fim de investigar a demanda e particularidade dos Tribunais de cada Região, e reuniões gerais com toda equipe de pesquisadores, para ajustes das assertivas metodológicas, conforme as atipicidades iam sendo compartilhadas.

Após a fase teste de buscas, definidas as palavras-chaves e sistematizado um padrão de busca por jurisprudências, passou-se ao cadastramento das decisões. Para cada decisão pertinente ao recorte temático, marco temporal e contexto definidos pela pesquisa, era preenchido um questionário contendo, dentre as principais informações, as seguintes: nível federativo da iniciativa; região, estado e cidade a que se encontra circunscrita, classe do processo, palavra-chave utilizada na busca. Também se optou por demarcar em cada cadastramento, se a decisão mencionava, enfocava ou priorizava algum território específico, como bairros periféricos da capital, territórios de povos e comunidades tradicionais, territórios indígenas, unidades de conservação, entre outros.

Outro item questionado foi o prazo de validade da decisão, seu horizonte temporal; a data da decisão, o nome do processo, comarca, a ementa e o documento na íntegra. Este banco de informações abriu ensejo para um universo de agrupamentos possíveis destas decisões, que geraram conseqüentemente, inúmeras análises, como por exemplo, o agrupamento de todas as Reclamações que tratavam do tema, ou a divisão feita por região, ou ainda, por argumento utilizado pelo judiciário.

### **3.3.3 Análise dos dados e produções**

Esta etapa se iniciou com a dissolução dos subgrupos regionais e a reestruturação das equipes de trabalho. Por ser um processo mais crítico e de análise dos dados, com base nas teorias urbanísticas e do Direito, o novo agrupamento se deu pela afinidade dos pesquisadores aos temas de interesse, confluentes com suas pesquisas e trajetórias como juristas, urbanistas, docentes, representantes de movimentos sociais e ativistas.

Foram feitos seminários internos para a elaboração dos eixos de análise centrais, escolhidos através da problematização coletiva dos conteúdos dos levantamentos realizados por grupo e por região, partindo-se das situações críticas, recorrências e aspectos relevantes identificados, considerando as possibilidades analíticas relacionadas ao acervo de decisões e suas conjecturas políticas, sociais e jurídicas.

Nesse momento, foram definidos os produtos a serem desenvolvidos por cada grupo, dentre artigos acadêmicos publicados em periódicos científicos, textos jornalísticos, pílulas informativas, livro coletivo e outros formatos, definiu-se a aposta em três vertentes de produção: 1)

acadêmica e científica; 2) de difusão dos resultados da pesquisa, e; 3) a análise de casos emblemáticos/paradigmáticos dentro do repositório.

Ainda nesta etapa, foi construído um acervo interno com a bibliografia sobre o tema, apoio teórico-metodológico às produções nos grupos de trabalho. A biblioteca foi dividida nos seguintes temas: **a) Conjuntura crise e pandemia** – leituras sobre o contexto da pandemia, tensionando noções sobre crise, catástrofe, ruptura, continuidade e descontinuidade e outras, e eventualmente acenam com perspectivas de futuro ou futuros alternativos; **b) pandemia e covid-19** – análise de dados e informações sobre a pandemia em diferentes contextos, com prioridade para aqueles que trazem dados do Brasil e por região; **c) direito à cidade** – inclui trabalhos que discutem direito à cidade como conceito e como prática política; **d) princípios e instrumentos de política urbana** – base principiológica e instrumentos da política urbana brasileira e de outros países da América Latina, considerando interpretações, articulações e aplicações; **e) direito à moradia e institucionalidade** – direito à moradia como direito social, individual e coletivo, em abordagem histórica ou nas suas definições na base normativa e institucional; **f) direito à moradia na práxis dos agentes sociais** – trabalhos que tratam das lutas e disputas pelo direito à moradia e à cidade; **g) direito à cidade e pandemia** – inclui trabalhos que discutem o direito à cidade no contexto da pandemia da covid-19; **h) direito à moradia e pandemia** – inclui trabalhos que tratam do direito à moradia no contexto da pandemia da covid-19; **i) despejos forçados e pandemia** – inclui trabalhos que trazem a discussão sobre despejos forçados, remoções e reintegrações de posse durante a pandemia da covid-19; **j) atuação do sistema de justiça na pandemia** – inclui trabalhos que tratam da atuação do sistema de justiça na pandemia, nas diversas instâncias, em processos que envolvem despossessão; **k) política urbana e pandemia** – inclui trabalhos que

tratam de políticas públicas voltadas às cidades na pandemia, notadamente daquelas relacionadas ao direito à moradia e à cidade; l) **normas jurídicas e pandemia** – inclui trabalhos que se debruçam sobre normas jurídicas editadas ou alteradas durante a pandemia, sobre ou com implicações no direito à moradia e à cidade.

### 3.4 Desafios

Ao longo da execução da pesquisa, o grupo de pesquisadores se deparou com diversos desafios metodológicos.

O principal desafio enfrentado pelos pesquisadores foi a heterogeneidade das páginas dos tribunais na internet, em especial quanto à ferramenta de busca por jurisprudência. Essa heterogeneidade por vezes dificultou as buscas, seja por diferenças de conectores entre palavras-chave (e, ou, aspas, etc.) ou por diferenças na exibição dos resultados.

Foram realizados diversos rearranjos metodológicos operados a partir das dificuldades encontradas pelos(as) pesquisadores(as) mas, alguns desafios permaneceram, especialmente aqueles relacionados à filtragem das decisões em busca da formação de um universo de análise fiel à definição inicial da pesquisa, qual seja: conjunto de decisões de negação coletiva do direito à moradia no contexto da pandemia da COVID-19.

Um exemplo das dificuldades encontradas nos métodos de análise de decisões judiciais foi a diferenciação quanto à exigência que fazia alguns

tribunais do token de advogado para acessar o inteiro teor das decisões. Como o projeto envolve uma rede interdisciplinar de pesquisadores, e por se tratar de uma pesquisa pública, ficou definida a **não utilização do token nas buscas**.

Esses desafios da etapa de coleta de dados levaram a que esta etapa durasse mais tempo que o esperado no cronograma inicial da pesquisa. Tais desafios levaram a um grande aprendizado da equipe, fundamental para a consolidação de um acervo público de jurisprudência.

### **3.4.1 Inconsistência das plataformas virtuais dos Tribunais de Justiça**

A inconsistência em muitos dos sites oficiais dos Tribunais de Justiça, levou à necessidade da construção de notas metodológicas que explicassem o porquê de resultados por vezes ilógicos. Um dos exemplos desta instabilidade, foi o fato de o TRF5 ter apresentado até o dia 25/08/2021, um total de 52 decisões mapeadas com as nove ferramentas de busca. Após esta data, o resultado era sempre zero. Na Coletânea de Jurisprudência publicizada, o TRF5 aparece com quantitativo zero, mesmo tendo resultado decisões em algum momento, já que, por uma falha técnica do site, não se tem mais acesso aos documentos.

Outro exemplo, foi o que ocorreu com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que passou parte da etapa de cadastramento da pesquisa, fora do ar.

Muitos tribunais possuem um mecanismo de segurança que impede que o link de acesso à determinada decisão seja retomado a ela ao ser clicado em momento posterior. Ao tentar retornar de onde havia parado,



o pesquisador se deparava com o site inicial de buscas por jurisprudência do Tribunal de sua responsabilidade, e para encontrar a decisão, deveria reiniciar a busca do primeiro passo, ou buscar pelo número do processo ou texto contido na ementa.

Também o exorbitante quantitativo de decisões mapeadas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apresentou-se como mais um desafio para a pesquisa. O número de julgados aumentava a cada dia de busca, enquanto o pesquisador filtrava um número x de decisões para seguir a sequência por página, ao retomar de onde havia parado, já havia novas decisões sendo publicadas na jurisprudência.

Por fim, a ausência de padronização nos sistemas de busca de decisões (desde a interface do sistema, passando pela estrutura de indexação, até a forma de exportação e registro) é um complicador para permitir a pesquisa transversal em um conjunto de tribunais, no geral pensados para a busca por profissionais atuantes no âmbito do próprio tribunal.

## 4. PANORAMA ESPACIALIZADO DAS DECISÕES

### 4.1 Representatividade territorial

Desde o primeiro ciclo, a pesquisa de iniciativas se comprometeu com o mapeamento nacional das questões que envolviam o Direito Urbanístico no contexto da pandemia. Na segunda fase da pesquisa se manteve a pretensão de especializar os conflitos relativos ao Direito à Moradia, através da representatividade regional da judicialização do tema.

Significa que o mapeamento realizado envolveu Tribunais de Justiça das cinco regiões do país. A escolha dos Estados por região, deu-se com base em critérios de proporcionalidade populacional: Investigar os Estados com maior população. Outro critério adotado cumulativamente a este foi o de manter o Estado com menor população de cada Região. Além de evidenciar as disparidades entre grandes centros urbanos e pequenas cidades, a decisão se revelou uma opção política ao incorporar tribunais cuja incidência de resultados chegou a zero, o que revelou a importância de dar luz a espaços invisibilizados pela falta de sistematização da arena judicial.

Entendeu-se a escolha dos Estados abordados pela pesquisa como um importante posicionamento político por tratar da demarcação daquilo que se deseja visibilizar. A escolha por manter na pesquisa os Estados, cujas consultas nos Tribunais, retornaram quase nenhum ou nenhum número de decisões, parte do pressuposto de entender o número zero

como um dado da desigual arquitetura do judiciário nas malhas do espaço e do território.

Restou dos pressupostos metodológicos coletivamente definidos, a seguinte representação nacional: na 1) **Região Centro-Oeste** foram mapeados os **Tribunais de Justiça de Goiás e do Mato Grosso do Sul**, 2) na **Região Nordeste**, foram mapeados os **Tribunais de Justiça da Bahia, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Maranhão, de Pernambuco e de Sergipe**, 3) Na **Região Norte**, os **Tribunais de Justiça do Pará e de Roraima**; 4) Na **Região Sudeste**, os **Tribunais de Justiça de Minas Gerais, do Espírito Santo, de São Paulo e do Rio de Janeiro**; e 5) Na **Região Sul**, os **Tribunais de Justiça do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul**, além dos **Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**.

## 4.2 Quantitativo de decisões mapeadas

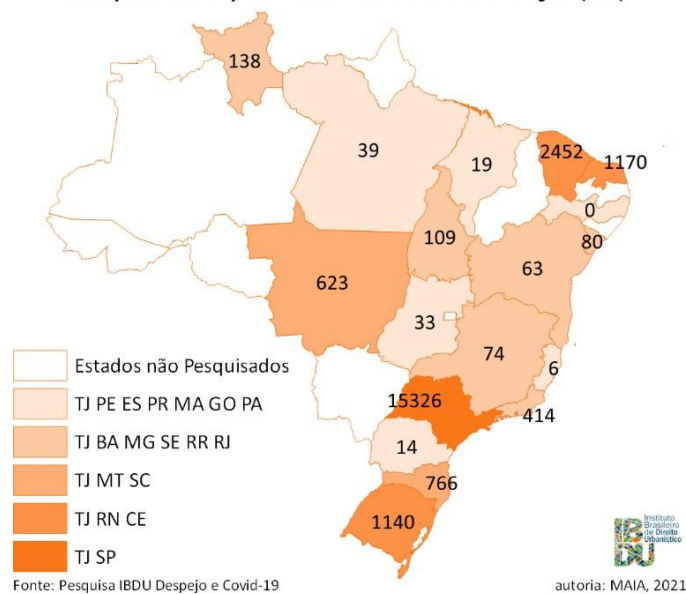
A pesquisa mapeou um **total de 25.119 decisões**. Consideram-se “mapeados”, aqueles julgados resultantes das buscas feitas na jurisprudência dos tribunais, a partir das nove combinações de termos: “moradia e pandemia”, “moradia e covid”; “moradia e coronavírus”; “despejo e pandemia”; “despejo e covid”; despejo e coronavírus”; “reintegração e posse e pandemia”; “reintegração e posse e covid”, “reintegração e posse e coronavírus”.

Deste universo de mais de 25 mil decisões, a maior parte delas pertence à Região Sudeste, que representa aproximadamente 63,6% das decisões mapeadas (15.992 decisões), só no Estado de São Paulo foram 15.498 documentos encontrados nas buscas. Em seguida, a Região Nordeste, representando aproximadamente 15% do total mapeado pela pesquisa

(3.784 decisões). A terceira região com maior número de decisões encontradas foi o Sul, representando aproximadamente 7,6% do total (1920 decisões), por último, as regiões Centro-Oeste, representando aproximadamente 2,5% do total mapeado (643 decisões), e a Região Norte, representando aproximadamente 0,7% do total mapeado (177 decisões).

Conforme o mapa abaixo, é possível identificar o quantitativo mapeado em cada Tribunal de Justiça das cinco regiões do país:

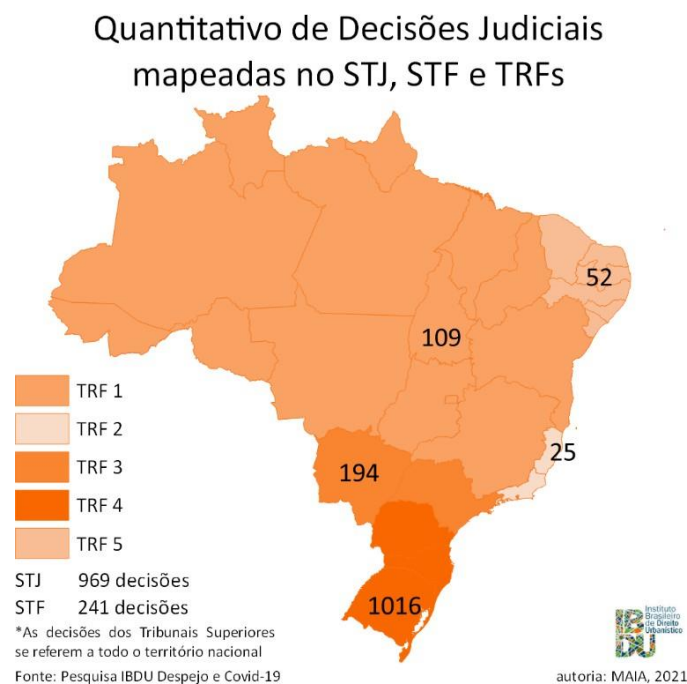
Quantitativo de Decisões Judiciais mapeadas por Tribunal de Justiça (TJ)



Quanto aos Tribunais Regionais Federais, as decisões distribuem-se quantitativamente da seguinte forma: o TRF4, representando aproximadamente 4% do total mapeado (1.016 decisões); o TRF3, representando aproximadamente 0,77% do total (194 decisões); em

seguida o TRF1, representando 0,43% das decisões mapeadas (109); por fim, o TRF5, representando aproximadamente 0,2% (52 decisões); e o TRF2, representando aproximadamente 0,1% do universo encontrado (25 decisões).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) totalizou 969 decisões mapeadas, representando, portanto, aproximadamente 3,8% do total. Já o Supremo Tribunal Federal (STF) resultou em 238 decisões, representando aproximadamente 0,9% do montante mapeado. No mapa abaixo, o quantitativo de decisões encontradas em cada TRF. Também do STJ e STF, que se referem a todo território nacional.



Vale ressaltar que os números aqui apresentados significam apenas o resultado de decisões que apareceram após as buscas realizadas com as combinações de palavras-chave. Muitas dessas decisões, apesar de conterem no corpo de seus textos termos como “despejo” ou

“pandemia” ou “moradia”, tratavam de matéria distinta daquela escolhida como aporte teórico desta pesquisa e foram, portanto, após apreciação técnica de cada pesquisador(a), dispensadas da análise. O total mapeado serviu como uma primeira filtragem para se chegar às decisões que, de fato, tratavam da judicialização do tema do Direito à Moradia Adequada, envolto pelos conflitos coletivos em contexto urbano no Brasil em pandemia.

### **4.3 Quantitativo de decisões cadastradas**

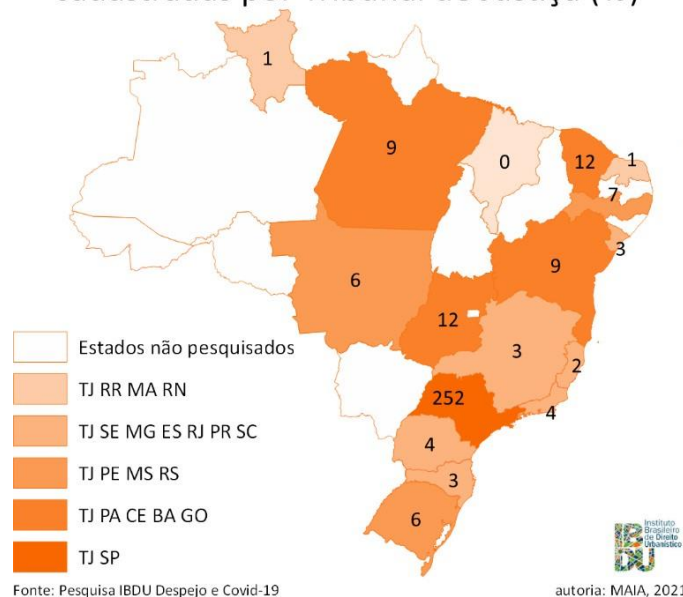
Feita uma depuração das 25.119 decisões encontradas, a pesquisa selecionou aquelas que tratavam, sobretudo, dos despejos coletivos em contexto da crise gerada pela covid-19. Foram diversos agravos de instrumento, apelações, embargos de declaração, mandados de segurança etc., tratando da manutenção ou supressão do Direito à Moradia.

Algumas decisões de âmbito individual foram mantidas, por apresentarem em seus textos, argumentos judiciais ou citação a instrumentos jurídicos que as tornam relevantes para a compreensão do conjunto das decisões, no que tange às disputas no campo do Direito Urbanístico.

O quantitativo das decisões cadastradas em muito difere daquele de decisões mapeadas, do primeiro total de 25.119 documentos mapeados, passaram a ser objeto de análise 395 decisões cadastradas. Deste total cadastrado, o Sudeste seguiu com maior número, 271 decisões, representando 68,6% do total de decisões cadastradas; o Nordeste teve 32 cadastramentos, representando aproximadamente 8,1% do total

cadastrado; no Centro-Oeste foram 18 decisões cadastradas, representando aproximadamente 4,5% do total; no Sul foram 13 cadastramentos, representando aproximadamente 3,3% do todo cadastrado; e o Norte, com 10 decisões cadastradas, resultando aproximadamente 2,5% do total. O mapa aponta o quantitativo de decisões cadastradas por Tribunal:

Quantitativo de Decisões Judiciais cadastradas por Tribunal de Justiça (TJ)



Nos Tribunais regionais, os números apontam os seguintes percentuais: o TRF4 com 6 decisões cadastradas, representando aproximadamente 1,5% do total; o TRF3 com 5, representando aproximadamente 1,2%; o TRF1 com 1, representando aproximadamente 0,25% do total cadastrado; e o TRF2 e TRF5 não tiveram nenhum cadastramento.

O Supremo Tribunal Federal (STF) cadastrou 28 decisões, representando aproximadamente 7% do montante cadastrado. Já o Superior Tribunal de Justiça (STJ) totalizou 21 decisões cadastradas, representando

aproximadamente 5,3% do total. Abaixo, representação gráfica dos quantitativos cadastrados nos TRFs, STF e STJ:

### Quantitativo de Decisões Judiciais cadastradas no STJ, STF e TRF's





# Coletânea de Jurisprudência Direito à Moradia e Covid-19

A stylized illustration of a city skyline at the bottom of the page. The buildings are represented by solid-colored shapes in shades of orange, green, and dark blue. To the right, there are two streetlights, one orange and one green, with their poles curving upwards. The background is white with some faint, dashed lines.

## 4.4 A Coletânea de Jurisprudência – Direito à Moradia e Covid-19

As iniciativas selecionadas e cadastradas, alimentaram a **Coletânea de Jurisprudência – Direito à Moradia e Covid-19**<sup>2</sup>, uma base de dados que se configura como uma das mais representativas sistematizações do âmbito judicial, prestada a conhecer os padrões desiguais de decisão adotados pelo Estado brasileiro no reconhecimento de direitos, diante de situações extremas.

A Coletânea de Jurisprudência traz as iniciativas cadastradas por esta pesquisa, subdivididas por Tribunais dentro das 5 regiões do país, pelos cinco Tribunais Regionais Federais, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

---

<sup>2</sup> Acessível em: <https://ibdu.org.br/2021/12/14/coletanea-de-jurisprudencia-direito-a-moradia-e-covid-19/>

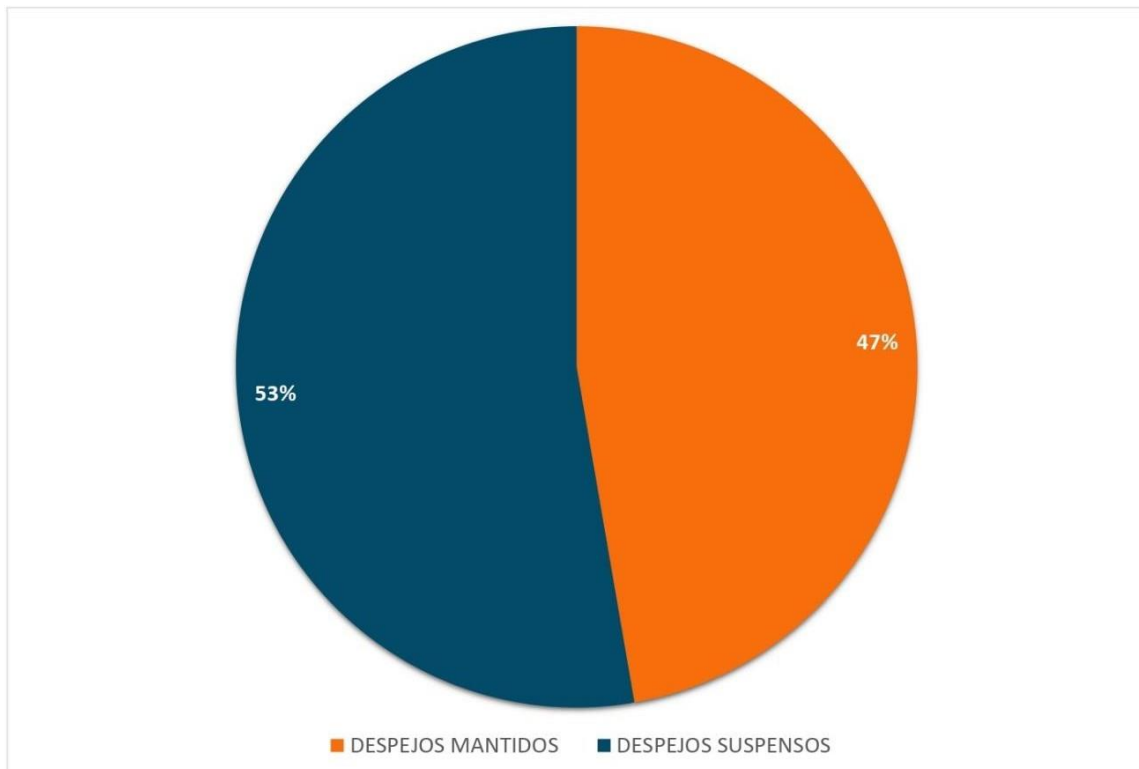
Em cada Tribunal, as decisões estão distribuídas nas categorias “Acórdãos” e “decisões monocráticas”. É possível acessar as principais informações sobre a decisão, como “número do processo”, “classe”, “ementa”, e “cidade a que a iniciativa se encontra circunscrita”, a fim de fazer uma filtragem por interesse de busca; bem como é possível acessar e baixar o documento na íntegra da decisão.

O acervo, publicado no natal de 2021, já tem sido repositório de consulta sobre o tema do Direito à Moradia e fonte de pesquisa para diversos juristas e urbanistas. A pretensão é que o referido acervo contribua para atuações político-sociais e seja base para a análise sobre a utilização de instrumentos jurídicos capazes de minorar os danos da crise sanitária, sob as malhas do Direito Urbanístico.

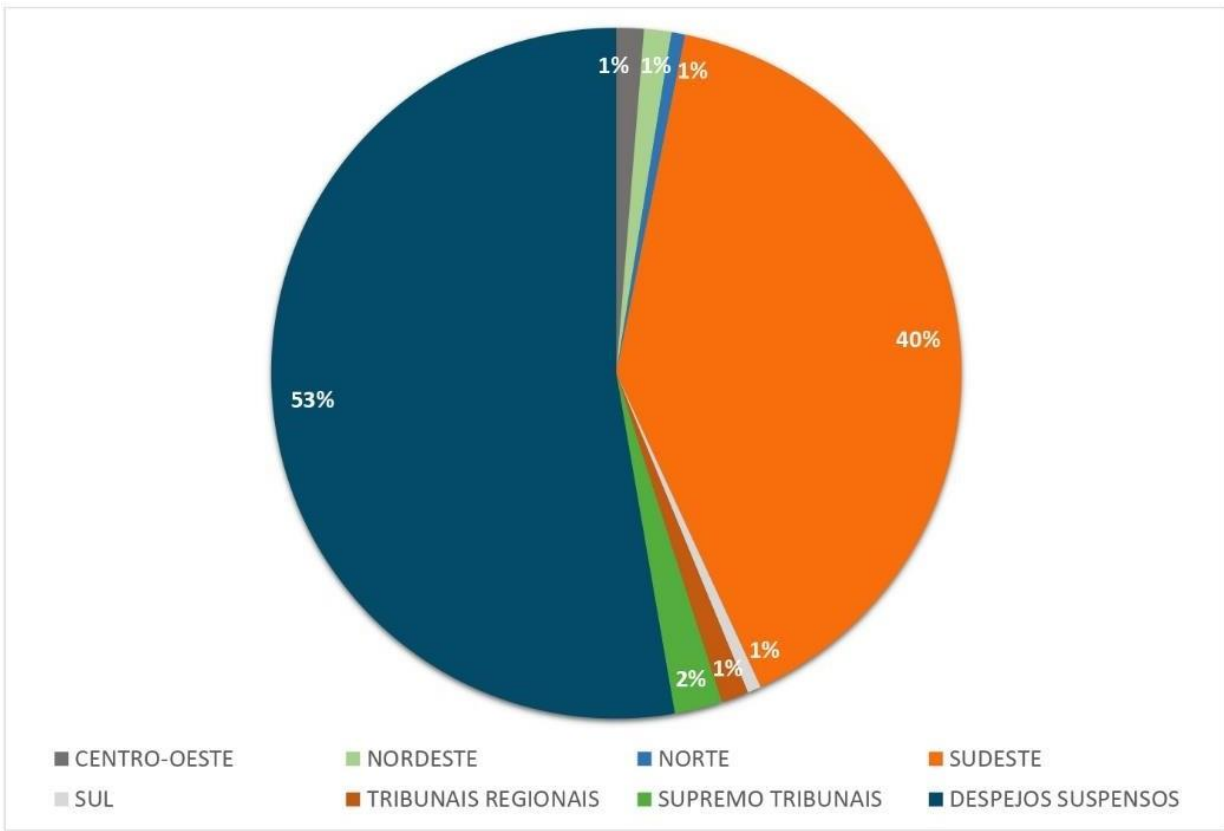
## 5. ANÁLISE TERRITORIAL DOS DESPEJOS NO BRASIL

Feita uma depuração do banco de dados, chegou-se a um total de **324 decisões** que tratavam dos despejos, sobretudo coletivos, no contexto da pandemia. Alguns julgados que pertencem à “Coletânea de Jurisprudência – Direito à moradia e Covid-19”, foram desconsiderados nesta análise por não resultarem em decisão favorável ou desfavorável sobre o tema – por não ser o agravo conhecido ou por falta de pressupostos processuais – ora por não apresentarem relevância ao caráter coletivo – como em casos de despejos individuais por inadimplência ou questões meramente contratuais.

A pesquisa revela um panorama crítico de um Brasil em crise: das 324 decisões de mérito analisadas em todo território mapeado pela pesquisa, 47% mantiveram os despejos. Pouco mais da metade (53%) concluíram pela suspensão dos despejos coletivos, conforme gráfico:



Feita uma distribuição territorial do quantitativo geral de decisões cadastradas e observadas, nesta fase analítica da pesquisa, temos o seguinte percentual para cada Região, TRF, STJ e STF, de decisões que mantiveram os despejos na pandemia:

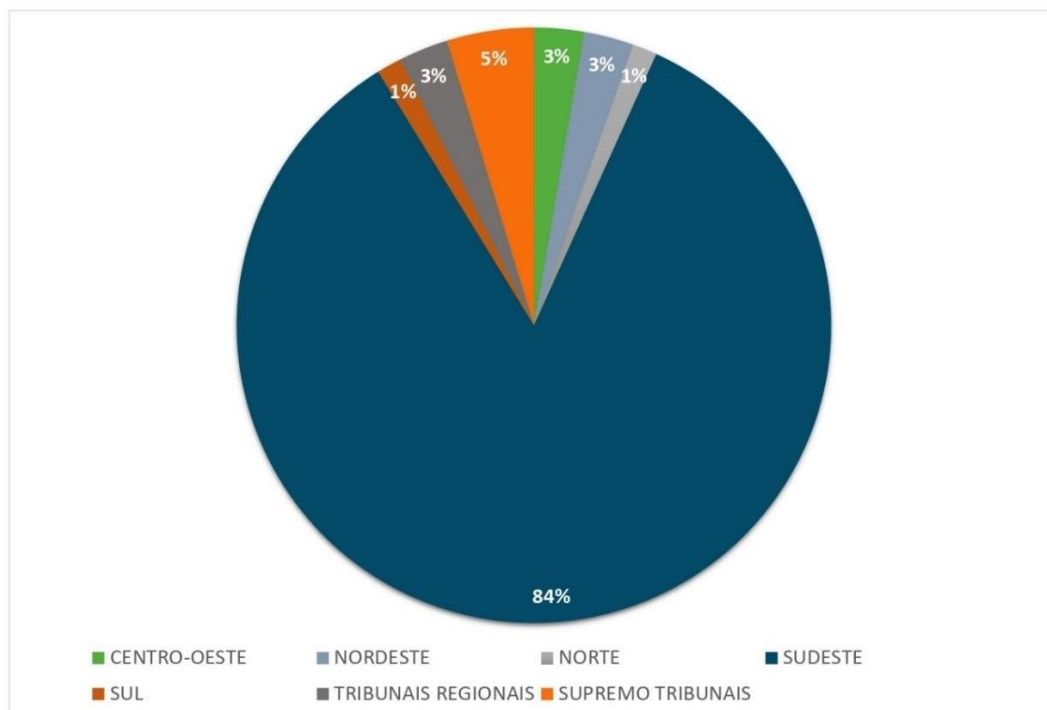


Importante ressaltar que, apesar de o projeto ter mapeado todo território nacional, ao decorrer das etapas de mapeamento e cadastramento, deparou-se com a dificuldade de encontrar a sistematização dos conflitos coletivos referentes à moradia em Tribunais de determinados Estados, o que fez com que a abordagem territorial se desse muito mais em caráter representativo, do que em termos proporcionais. Por exemplo, o Sudeste representa, conforme gráfico acima, 40% do índice de decisões que mantiveram despejo na pandemia, mas também foi a região que mais gerou resultados no mapeamento geral. Das mais de 25 mil decisões mapeadas em todo Brasil, mais de 15 mil partiram só do Estado de São Paulo.

Significa dizer que, neste caso, os gráficos expostos e seus quantitativos não revelam exatamente a existência ou não de conflitos sociais e jurídicos pela manutenção do Direito à Moradia Adequada no Brasil, mas sim, sobre a judicialização (ou a ausência da judicialização) de tais conflitos e sobre a qualidade dos mecanismos de busca dos tribunais.

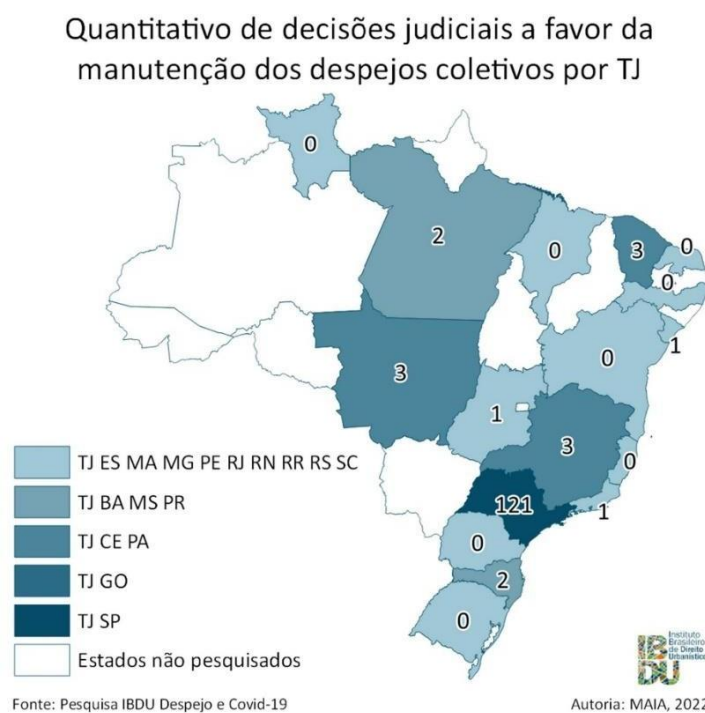
## 5.1 Das decisões que mantiveram os despejos na pandemia

Feitas as ressalvas, temos as seguintes proporções: do total de decisões que mantiveram os despejos na pandemia, cada região, TRF, STF e STJ apresentam os seguintes percentuais:



## 5.2 Análise cartográfica das decisões que mantiveram os despejos na pandemia

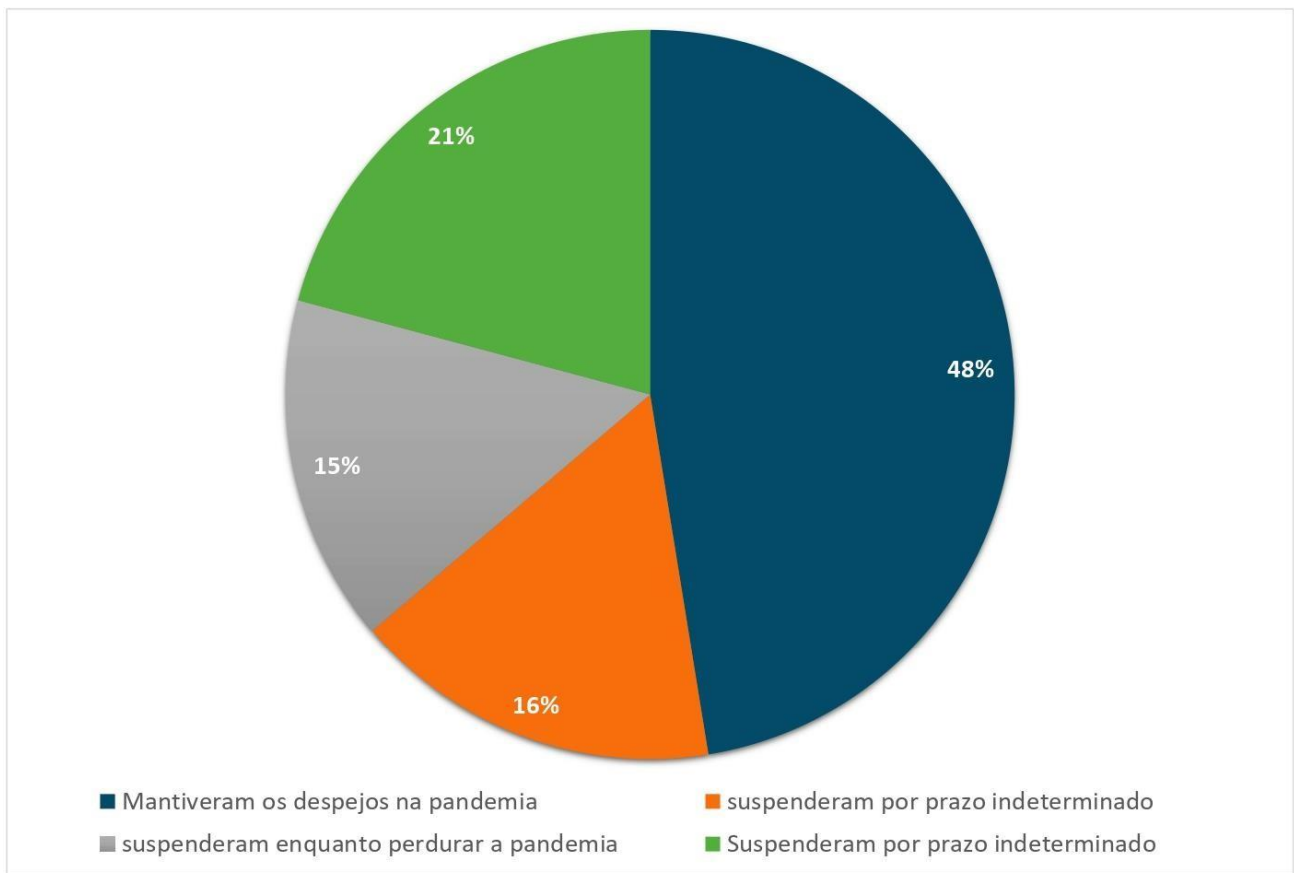
No mapa abaixo, o quantitativo exato de decisões que mantiveram os despejos, por Tribunal de Justiça:



## 5.3 Das decisões que suspenderam os despejos na pandemia

As decisões que suspenderam os despejos na pandemia foram classificadas como: **a)** suspenderam os despejos por prazo determinado; **b)** suspenderam os despejos enquanto perdurar a pandemia; **c)** suspenderam por prazo indeterminado.

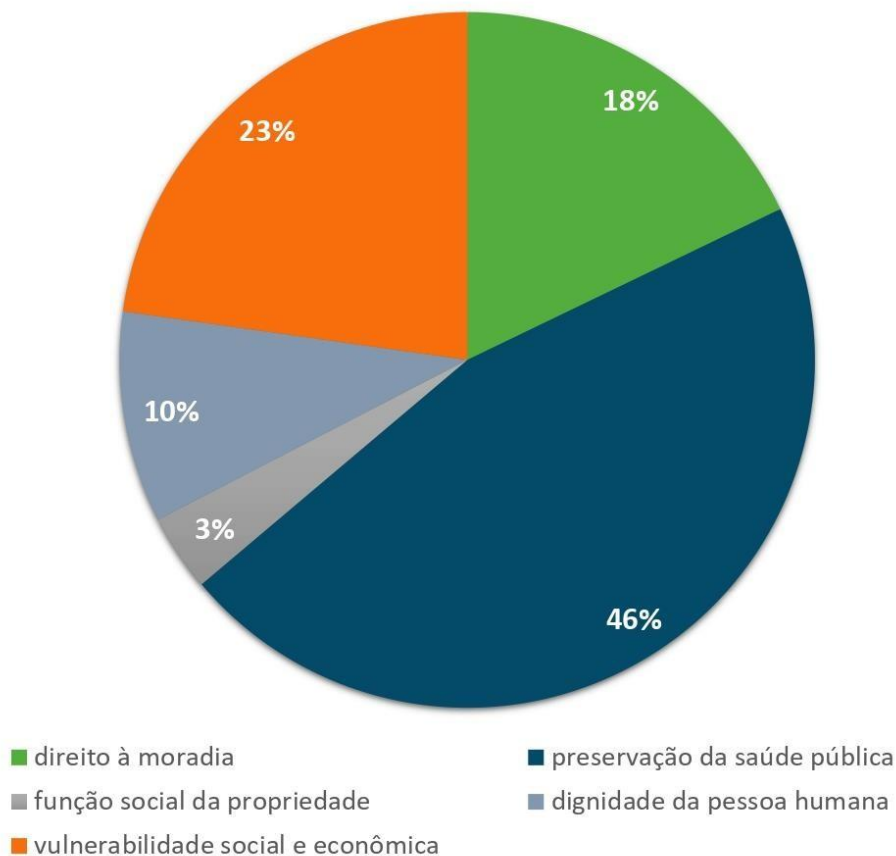
Desta subcategoria de análise, tem-se a seguinte distribuição:



## 6. ANÁLISE DOS ARGUMENTOS UTILIZADOS PELO JUDICIÁRIO

Feita uma leitura aprofundada de cada decisão, destacando do voto os principais argumentos utilizados pelo judiciário, observou-se a recorrência de 5 principais teses utilizadas como ferramentas jurídicas em prol da manutenção do Direito à Moradia no contexto de crise: **a) Direito à Moradia; b) preservação da saúde pública; c) função social da propriedade; d) dignidade da pessoa humana, e; e) vulnerabilidade social e econômica.**

Do quantitativo total das decisões analisadas, os argumentos empenhados em favor da suspensão dos despejos, estão distribuídos da seguinte forma:





## 7. EIXOS TEMÁTICOS

Após apresentados os resultados quantitativos da pesquisa, decidiu-se coletivamente pela elaboração de análises de dados, a partir da divisão de grupos de trabalho por eixos temáticos que contemplassem diversos temas relevantes e abordagem: 1) Prática Jurídica - Informação, publicidade e transparência nas/ das práticas jurídicas; 2) Desposseção, Direito à Moradia, e Direito à Cidade na pandemia – interseccionalidade e instrumento de política urbana; e, 3) Lutas sociais, mobilização e acionamento do sistema de justiça – Conflito, prática política e prática jurídica.

A pesquisa definiu ainda a elaboração de produtos resultantes das análises, em três vertentes de abordagem: 1) artigos acadêmicos a serem publicados em revistas científicas da área; 2) textos de difusão e publicização dos dados da pesquisa, que sirvam de consulta para pesquisas e projetos no campo do Direito e do urbanismo; e, 3) análise de casos paradigmáticos dentro do repositório de jurisprudência construído.

### **7.1 Prática Jurídica - Informação, publicidade e transparência nas/ das práticas jurídicas**

Este eixo trata dos Discursos, recursos argumentativos, léxico e hermenêutica etc. - dos diversos poderes e atores do sistema de justiça

frente a demandas coletivas relativas ao direito à moradia. Reflexões sobre o acesso à informação, publicidade e transparência nos/ dos processos judiciais considerando procedimentos adotados em diferentes tribunais de justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

Das principais discussões propostas pelos pesquisadores, destacou-se o interesse na análise da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828, concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso para suspender (à época) pelo prazo de seis meses, ordens ou medidas de desocupação, dado o contexto da pandemia.

Foram destacados no repositório jurisprudencial da pesquisa, todas as Reclamações Constitucionais no Supremo Tribunal Federal, em que os Tribunais não julgaram em conformidade com a ADPF 828, o que envolve uma discussão sobre a ausência de instrumentos jurídicos imprescindíveis aos argumentos utilizados nas decisões, e certas inconsistências da arquitetura judicial dos tribunais.

As produções deste eixo, ainda em curso, abordam o tema do papel do judiciário na política do Estado, através da análise detalhada dos polos ativos e passivos das demandas coletivas, a observância da ausência ou não, de argumentos como o Direito à Cidade, função social da propriedade e vulnerabilidade socioeconômicas são instrumentalizados, o que contempla de forma geral, um mapeamento do Superior Tribunal Federal, quanto ao posicionamento em relação às ações de Reclamação em conformidade ou não, à ADPF 828.

A análise identifica se há indicadores que reconheçam o Direito à Moradia Adequada, enquanto direito fundamental e faz um panorama acerca da contextualização do déficit habitacional brasileiro e os reflexos ocasionados pela pandemia do coronavírus, com análise da ADPF nº 828, de forma a investigar a tutela jurídica acerca do direito à

moradia nessa situação. Em seguida, são apresentadas as reclamações constitucionais mapeadas segundo o entendimento da referida ADPF, questionando a garantia do direito à moradia e argumentação dos Ministros e Ministras do STF em suas decisões. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial.

## **7.2 Despossessão, direito à moradia e direito à cidade na pandemia – interseccionalidade e Instrumentos de política urbana**

Este eixo traz abordagens críticas sobre decisões em processos judiciais que implicam despossessão, considerando as dimensões quantitativa e qualitativa, frente aos marcos jurídicos protetivos do direito à moradia. Reflexões sobre os atravessamentos de classe, gênero, raça e outras relações produtoras de assimetrias, desigualdades e opressões nos processos envolvendo despossessão frente às decisões judiciais. Acionamento de instrumentos de política urbana como recurso jurídico para a garantia do direito à moradia nos processos judiciais.

Investigam sobretudo a problemática da subutilização das legislações, instrumentos e políticas urbanas existentes, como por exemplo, a baixa ou quase inexistentes menções ao Estatuto da Cidade, da função social da propriedade e do direito à moradia.

Questionam como o acúmulo de conquistas jurídicas, sustentadas a base de lutas pelos interesses sociais do direito à moradia, tem sido judicializado ou instrumentalizado. O que reflete a não condução da política pública segundo os princípios, leis e instrumentos urbanísticos.

Prova disto é o que revela as análises preliminares dos dados da pesquisa ao indicarem que os instrumentos mais eficazes em impedir que famílias inteiras sejam expulsas de seus locais de moradia durante a pandemia sejam, na verdade, normas que especificamente proibiram despejos durante os períodos de calamidade pública.

### **7.3 Lutas sociais, mobilização e acionamento do sistema de justiça – Conflito, prática política e prática jurídica**

Este eixo traz reflexões sobre as lutas sociais pelo direito à moradia, alianças construídas com assessorias técnicas e jurídicas na relação com meios de acionamento e posicionamentos do sistema de justiça frente a processos de desposseção. Reflexões sobre conflitos envolvendo o direito à moradia envolvendo processos de desposseção, natureza e formas de disputa, recursos políticos e jurídicos acionados, sustentação de posições.

Cuida de uma análise representativa de algumas decisões judiciais e outros instrumentos jurídicos cadastrados no acervo jurisprudencial da pesquisa, oriundo de Tribunais mapeados na Região Nordeste: Tribunal de Justiça da Bahia, de Pernambuco, Ceará e Sergipe, e tem por objetivo analisar essas decisões e instrumentos e desvelar contradições e inconsistências do poder judiciário brasileiro quanto ao trato ao Direito à moradia adequada em contextos urgentes.

Esse esforço analítico parte do entendimento de que, apesar da consagração do direito à moradia como direito fundamental pelo estado brasileiro e dos logros jurídicos e institucionais alcançados pela

política urbana nos anos 2000, com a formulação da Política Nacional de Habitação e do Plano Nacional de Habitação e seus desdobramentos de âmbitos estadual e municipal, ainda persistem dificuldades de seu reconhecimento pelo poder judiciário.

As análises dos casos emblemáticos dentro do mapeamento, se voltam a três linhas de problematização totalmente imbricadas entre si observadas no contexto da pandemia da covid-19: 1) a da política urbana, com destaque para a política habitacional; 2) ambiguidades, fragilidades e contradições do direito à moradia como direito humano; e 3) desconsideração do princípio da função social da propriedade e do direito à moradia pelo judiciário. Trazemos então os argumentos e as contradições nas decisões analisadas a partir do entrelaçamento das dimensões consideradas e frente ao contexto de grave crise sanitária em que os processos sociais e os processos judiciais se desenrolaram e lograram posicionamentos.

## 8. CONSIDERAÇÕES

A pesquisa realizada teve como objetivo principal organizar uma base de dados coletados, no ano de 2021, junto aos sistemas de busca de 17 Tribunais de Justiça, 5 Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, de forma a permitir análises qualitativas que tenham como fundamento as decisões judiciais encontradas, sem prejuízo de análises quantitativas envolvendo as decisões sistematizadas na pesquisa.

Ao longo do período de pesquisa foi possível identificar uma crescente qualificação das decisões, que é fruto do trabalho de muitos juristas, pesquisadores(as) e da sociedade civil organizada, levando à formação de consensos graduais no sentido de, enquanto durar a pandemia, é necessário evitar os despejos. Em especial, as decisões no âmbito da ADPF 828, a Recomendação 90 do CNJ, e as Resoluções 10/2018 e 17/2021 do Conselho Nacional de Direitos Humanos, conformam uma produção normativa de grande relevância para a defesa dos direitos humanos no contexto de crise exacerbada pela pandemia da COVID-19. Contudo, no geral, permanece uma atuação do Poder Judiciário comprometida com o a defesa da propriedade privada, levando a decisões estruturalmente contrárias ao direito à moradia e à segurança da posse das populações não-proprietárias.

Ademais, importa destacar alguns desafios apreendidos coletivamente no processo de realização da pesquisa, que podem ser resumidos em duas questões metodológicas com as quais lidamos, e que registramos por entender relevantes não apenas para essa pesquisa, mas para a

pesquisa empírica jurídica de forma mais ampla, e para a atuação em defesa do direito à moradia.

A primeira questão que merece atenção é a identificação adequada dos territórios nos processos judiciais. Em geral, a indicação da localização das áreas objeto de litígio ocorre apenas nos atos iniciais dos processos, delimitando os conflitos socioambientais à descrição contida nas matrículas dos imóveis, descolando-os da base territorial ampliada em que essas demandas se originam. Isso acaba impedindo ou dificultando o mapeamento e a territorialização dos conflitos.

A segunda refere-se à publicização e acesso à informação organizada no âmbito do judiciário. Embora a publicidade do processo judicial seja um princípio geral, para fins de pesquisa acadêmica são inúmeras as dificuldades para coleta de material, especialmente, no caso de processos em andamento. Isso ocorre porque não há mecanismos de busca por meio de palavras-chave ou por tipos de demanda que incluam decisões de primeiro grau, ficando a busca sempre limitada à publicação de ementas de decisões no âmbito dos Tribunais, normalmente, de decisões de 2º grau, de instância especial ou extraordinária.

Apesar do esforço para implementação do processo eletrônico, há muitas barreiras para o acesso aos processos. Mesmo que se tenha em mãos o número do processo, a busca por decisões no processo eletrônico depende do acesso a cada sistema (PJe, EProc, etc.) que, normalmente, diferencia o acesso entre primeiro e segundo grau de jurisdição (Tribunais de Justiça de 27 estados; 5 Tribunais Regionais Federais). Os sistemas de busca não possuem padronização entre si, bem

como restringem, em muitos casos, acesso aos processos e às decisões, sendo necessário ser advogado cadastrado (identificação digital) para realizar o acesso aos autos que deveriam ser públicos.

O trabalho coletivo nesta pesquisa resultou na elaboração de textos acadêmicos e de intervenção do debate público que são indicados a seguir. Contudo, o período de reuniões e de diálogo entre os pesquisadores resultou em um amplo levantamento de material bibliográfico, voltado à reflexão comum sobre as categorias de análise e de diferentes abordagens para os dados coletados. Esse material está reunido em um “repositório da produção bibliográfica sobre o tema” que também está disponível para consulta.

Assim, por meio do compartilhamento do material analisado, do referencial de análise e da produção diretamente resultante da pesquisa, será possível ampliar e qualificar o debate inadiável acerca do tratamento judicial à problemática urbana, permitindo uma diversidade de abordagens e interpretações. Espera-se, assim, contribuir para ampliar o conhecimento sobre como o Estado brasileiro, por meio do Poder Judiciário, tem atuado relativamente ao reconhecimento e à proteção do direito à moradia.



## 9. RESULTADOS - PUBLICAÇÕES VINCULADAS À PESQUISA

Os desdobramentos analíticos e teóricos acerca dos levantamentos e investigações sobre o tema escopo da pesquisa, seguem em fluxo de construção. Destacam-se aqui, alguns já publicados e disponíveis:

### 1) **Biblioteca de iniciativas: Direito Urbanístico e Covid-19**

IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. *Banco de Iniciativas de Direito Urbanístico na Pandemia*. São Paulo: IBDU, 2020. Disponível em: <https://ibdu.org.br/2021/05/13/biblioteca-de-iniciativas-em-relacao-ao-direito-urbanistico-e-covid-19/>

### 2) **Coletânea de Jurisprudência – Direito à Moradia e Covid-19**

IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. *Coletânea de Jurisprudência – Direito à Moradia e Covid-19*. São Paulo: IBDU, 2021. Disponível em: <https://www.ibdu.org.br/2021/12/14/coletanea-de-jurisprudencia-direito-a-moradia-e-covid-19;>

### 3) **Direito à Moradia na pandemia? Pesquisa do IBDU faz interpretações do judiciário**

CALDAS, Lara; CAVALAZZI, Rosangela; VIEIRA, Layessa. Direito à Moradia na pandemia? Pesquisa do IBDU faz interpretações do judiciário. *Observatório das Metrópoles*. 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/direito-a-moradia-na-pandemia-pesquisa-do-ibdu-traz-interpretacoes-do-judiciario/>>

### 4) **O direito à moradia entre a relativização e a invisibilidade: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nas Reclamações Constitucionais relacionadas à ADPF nº 828**

CAFRUNE, Marcelo Eibs; MELO, Thamara Madeiro; SILVA, Marcela Simões. *O direito à moradia entre a relativização e a invisibilidade: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nas Reclamações Constitucionais relacionadas à ADPF nº 828*. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, v. 8, n. 14, p. 39-66, 2022. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/763>>

## 10. REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA

Afim de amparar as análises abordadas em cada eixo temático desta pesquisa, foi construído coletivamente, um repositório bibliográfico, que envolve artigos científicos, livros, teses e dissertações, alocadas dentro dos subtemas: a) apoio teórico para metodologia; b) atuação do Sistema de Justiça na Pandemia; c) conjuntura crise e pandemia; d) despejos forçados e pandemia; e) Direito à Cidade; f) Direito à Cidade e pandemia; g) direito à moradia e institucionalidade; h) direito à moradia e pandemia; i) direito à moradia na práxis dos agentes sociais; j) normas jurídicas e pandemia; k) pandemia e covid-19; l) política urbana e pandemia; m) princípios e instrumentos de política urbana; dos quais, destacam-se:

- **A tragédia da COVID-19 nas cidades brasileiras: análise e alternativas de enfrentamento da pandemia na perspectiva do Direito Urbanístico**

Betânia de Moraes Alfonsin

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_alfonsin](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_alfonsin)  
2022

- **A prestação de serviços públicos durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19): olhares sobre a perspectiva de preservação e da violação de direitos em alguns centros urbanos do país**

Rosane de Almeida Tierno, Fernanda Carolina Costa

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_tierno](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_tierno)

2022

- **A proteção das populações excluídas e grupos vulneráveis frente à COVID-19 pelo direito internacional dos direitos humanos**

Leticia Marques Osorio

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_osorio](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_osorio)

2022

- **A luta contra as remoções durante e depois do COVID-19: um panorama a partir das proposições legislativas estaduais**

Flavia P. Pereira, Lara Caldas F. da Silveira, Mayara Souza, Patrícia F. de S. Koschinski, João Telmo de Oliveira Filho, Alex F. Magalhães

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_pereira](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_pereira)

2022

- **Políticas de morte versus redes pela vida: sociedade civil no enfrentamento à pandemia nas cidades**

Hanna Cláudia Freitas Rodrigues, Patrícia de Menezes Cardoso

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_rodrigues](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_rodrigues)

2022

- **Direito à moradia e pandemia: análise preliminar de decisões judiciais sobre remoções e despejos**

Tarcyla Fidalgo Ribeiro, Marcelo Eibs Cafrune

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_ribeiro](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_ribeiro)

2022

- **Iniciativas jurídicas em tempos de pandemia: procurando proteger a população em situação de rua**

Helena Duarte Marques, Lucas dos Santos Figueredo, Paulo Somlanyi Romeiro, Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_marques](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_marques)

2022

- **Racismo e impactos da COVID-19 na população da cidade de São Paulo**

Vitor Coelho Nisida, Lara Aguiar Cavalcante

[https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu\\_nisida](https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_nisida)

2022

- **Pandemia e crimes contra a humanidade: o "caráter desumano" da gestão da catástrofe sanitária no Brasil / Pandemic and crimes against humanity: the "inhuman character" of health catastrophe management in Brazil**

- **A culpa da crise não é do vírus.**

*Marina Machado Gouvêa*

EM TEMPOS DE PANDEMIA ([cress-es.org.br](http://cress-es.org.br))

2020

- **The Brazilian Amazon in Times of COVID-19: from crisis to transformation? / A Amazônia Brasileira em Tempos de COVID-19: Da Crise à Transformação?**

Fabio de Castro, Gabriela Russo Lopes, Eduardo Sonnewend Brondizio

SciELO - Brasil - The Brazilian Amazon in Times of COVID-19: from crisis to transformation? The Brazilian Amazon in Times of COVID-19: from crisis to transformation?

2020

- **A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global.**

João Nunes

SciELO - Brasil - A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global

2020

- **Pandemia de covid-19: uma análise geopolítica.**

José Gilberto Souza, Raul Guimarães

SciELO - Brasil - Pandemia de covid-19: uma análise geopolítica Pandemia de covid-19: uma análise geopolítica

2021

- **O mundo em tempos de pandemia: certezas, dilemas e perspectivas / The world in pandemic times: certainties, dilemmas and perspectives**

Pablo A. Vommaro

[https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/51001)

[publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/51001](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/51001)

2021

- **Fique em casa? Remoções forçadas e COVID-19 / Stay home? Forced evictions and Covid-19**

*Rafael Assis Alves, Laura Bastos Carvalho, Marcos Camilo da Silva Souza Rios*

[https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61888)

[publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61888](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61888)

2021

- **O Direito nas trincheiras da cidade: urbanismo corporativo e práticas contra-hegemônicas / The law in the city's trenches: corporate urbanism and counter-hegemonic practices**

*Maria José Andrade de Souza, Adriana Nogueira Vieira Lima, Liana Silvia de Viveiros e Oliveira*

[https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48189)

[publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48189](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48189)

2020

- **La integración urbana como parte del contenido del derecho a la vivienda estándares internacionales y reconocimiento en el derecho chileno / Urban integration as part of the content of the housing right international standards and recognition in chilean law**

*Alfonso Andres Henriquez Ramirez, Víctor Moreno Toledo*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/46417>

2020

• **Marcos regulatórios da regularização fundiária urbana: foco nas leis 11.977/2009 e 13.465/2017 / Regulatory frameworks for urban land regularization: focus on laws 11,977/2009 AND 13,465/2017**

*Daniela de Freitas Lima, Almir Mariano de Sousa Junior*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/42961>  
2020

• **A luta pelo direito à cidade: contribuições do debate da derivação do Estado / The fight for the right to the city: contributions from the State derivation debate**

*Ana Beatriz Oliveira Reis*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/37918>  
2020

• **O direito à cidade entre os ecos do #elenão: a cidade como obra a partir dos corpos na rua / The right to the city among the echoes of #nothim: the city as ouvre based on the bodies on the street**

*Leandro Franklin Gorsdorf, Ana Claudia Milani Silva*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48214>  
2020

• **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direto à cidade" / Henri Lefebvre: the "direct to the city" as a utopian horizon**

*Ana Fani Alessandri Carlos*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48199>  
2020

• **Evolução dos aglomerados urbanos na América Latina: uma análise do direito à cidade / Evolution of urban agglomerates in Latin America: an analysis of the right to the city**

*Catrine Cadja Indio do Brasil da Mata, Erica Almeida Leal, Ferlanda Luna, Andrea da Silva Gomes, Mônica de Moura Pires*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/50061>  
2020

• **Mobilidade urbana: a participação social como um caminho para o direito à cidade - o caso das mobcidades em Ilhéus-BA / Urban mobility: social participation as a way to the right to the city - the case of mobcities in Ilhéus-BA**

*Catrine Cadja Indio do Brasil da Mata, Erica Almeida Leal, Aniram Lins Cavalcante, Zina Angelica Caceres Benavides*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49820>

2020

• **The Right to the City: conceptual transformations and urban struggles / O Direito à Cidade: transformações conceituais e lutas urbanas**

*Bianca Tavorari*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/47788>  
2020

• **Direito à cidade na perspectiva paroara: concepções dos agentes do sistema de justiça do estado do Pará / Right to the city on the "paroara" perspective: conceptions of the justice system'agents in the state of Pará**

*Carla Maria Peixoto Pereira, Mário Vasconcellos Sobrinho*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48192>  
2020

• **Espaço abstrato e espaço diferencial: a compreensão do direito à cidade em Henri Lefebvre / Abstract and differential spaces: keys to understanding the right to the city in Henti Lefebvre**

*Diego Coimbra Barcelos da Silva, Cleide Calgaro, Ricardo Hermany*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/43208>  
2020

• **As funções sociais da cidade e a Constituição federal de 1988: das Cartas de Atenas à ordem pluralista constitucional / The city's social functions and the 1988 Federal Constitution: from Athens Letters to the constitutional pluralist order**

*Emerson Affonso da Costa Moura*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/50812>  
2020

• **Propriedade privada e "cidade pública" na Itália. Um (longo) trajeto ainda não concluído / Private Property and "Public City" in Italy. A (Long and) Still Uncomplete Path.**

*Giovanni Allegretti, Enrico Zampetti*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49862>  
2020

• **Os fantasmas se divertem: propriedade privada, expropriação e interdição ao direito à cidade / The ghosts are having fun: private property, expropriation and the limitation to the right to the city**

*Guilherme Moreira Petrella, Gustavo Francisco Teixeira Prieto*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48291>  
2020

• **Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana / From the right to the city to the urban commons: contributions to a lefebvrian approach**

*João B. M. Tonucci Filho*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48273>  
2020

• **Articulaciones entre derecho a la ciudad y el buen vivir/bien vivir como instrumentos de liberación / Articulations between right to the city and good living/well living as instruments of liberation**

*José Eduardo Viera Paparamborda*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/56170>  
2020

• **The dialog between women and the right to the city / O diálogo entre mulheres e o direito à cidade**

*Joel Meireles Duarte, Laila Nazem Mourad, Gisela Cunha Viana Leonelli*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/51538>  
2020

• **PROJETO URBANO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: conexões e desconexões na reconstrução e recuperação ambiental de Lajedinho/BA**

*Liana Viveiros Oliveira, Aparecida Netto Teixeira, Marília Moreira Cavalcante*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/14376>  
2020

• **Direito à cidade contra o desenvolvimento / Right to the city against development**

*Luana Xavier Pinto Coelho, Isabella Madruga da Cunha*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48472>  
2020



- **Tessituras com, contra e além do direito à cidade: por uma justiça dissensual nos enredamentos da despossessão / Weaving with, against and beyond the right to the city: dissensual justice through the entanglements of dispossession**

*Mariana Galacini Bonadio*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48471>  
2020

- **Regularização fundiária e direito à cidade: as transformações na vida cotidiana dos(as) moradores(as) do Loteamento Barão de Mauá na cidade de Pelotas (RS)**

*Natália Carvalho da Rosa, Sérgio Botton Barcellos*

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202107>  
2021

- **O direito à cidade inteligente sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável: o caso da agenda Teresina 2030 e do Observatório da Mobilidade / The right to the smart city under the sustainable development perspective: the case of 'agenda Teresina 2030' and the Mobility Observatory**

*Thaisi Leal Mesquita de Lima, Patricia Borba Vilar Guimarães, Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49473>  
2021

- **O direito à cidade, a especulação imobiliária e o IPTU progressivo no tempo / The right to city, real estate speculation and progressive IPTU in the time**

*Paulo Afonso Cavichioli Carmona, Eugênio Pacceli de Moraes Bomtempo*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/50752>  
2020

- **A nova agenda urbana e a política fundiária no Brasil entre o horizonte e o abismo: considerações sobre a proposta de emenda constitucional nº. 80/2019 e o esvaziamento da função social da propriedade / The new urban agenda and land policy in Brazil between horizon and the abysm: considerations on the constitutional amendment proposal nº 0/2019 and the emptying of the proprierty's social function**

*Guilherme Estima Giacobbo, Ricardo Hermany*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/48028>  
2020

- **El derecho a la ciudad, ¿un derecho jurídicamente exigible en Argentina? / The right of the city, a legally demandable right in Argentina?**

*Tamara Belén Rogers*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/51856>  
2020

- **A dimensão territorial do direito à cidade / The territorial dimension of the right to the city**

*Wilson Levy, Cintia de Castro Marino*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/51428>  
2020

- **O direito à cidade como fundamento normativo de garantia da inclusão digital no espaço urbano brasileiro / The right to the city as a guaranteeing normative ground of digital inclusion in the Brazilian urban space**

*Betânia de Moraes Alfonsin, Bárbara Guerra Chala*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/53220>  
2020

- **Urban land regularization as a means of fixing the rights to property and worthy dwelling: a way to solve the social problem of informal cores in large urban centers / A regularização fundiária urbana como meio de garantir os direitos à propriedade e à habitação digna: uma forma de resolver o problema social dos núcleos informais em grandes centros urbanos**

*Erwin Rodrigues Ricci, Adalberto Simão Filho*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/51979>  
2020

- **A habitação para a população de baixa renda no Brasil: termos e conceitos difundidos pela Política Nacional de Habitação.**

*Alexsandro Tenório Porangaba*

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202038>  
2020

- **La integración urbana como parte del contenido del derecho a la vivienda estándares internacionales y reconocimiento en el derecho chileno / Urban integration as part of the content of the housing right international standards and recognition in Chilean law**

*Alfonso Andres Henriquez Ramirez, Víctor Moreno Toledo*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/46417>  
2020

- **Como as operações urbanas consorciadas resolvem a questão habitacional: reflexões a partir dos casos Água Espraiada (SP) e Porto Maravilha (RJ) / How urban consortium operations solve the housing issue: reflections from the cases Água Espraiada (SP) and Porto Maravilha (RJ)**

*Alvaro Luis dos Santos Pereira, Paula Custódio de Oliveira*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39495>  
2020

- **A análise jurídica da política econômica aplicada ao Programa Minha Casa, Minha Vida: um estudo de caso de Brasília (2014-2017) / The Legal Analysis of Economic Policy applied to the 'Minha Casa, Minha Vida' Program: a case study of Brasília (2014-2017)**

*Camilla Fernandes Moreira, Marcus Faro de Castro*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/46210>  
2020

- **O direito à moradia e as ocupações ilegais / The right to housing and illegal occupations**

*Carlos Magno Alhakim Figueiredo Junior*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39579>  
2020

- **Nuevo financiamiento nacional para la vivienda: características e implementación de los créditos hipotecários UVA en Rosario / New national financing for housing: characteristics and implementation of the uva mortgage loans in Rosario**

*Cintia Ariana Barenboim*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/42232>  
2020

- **O novo Plano Diretor do Recife e o direito à moradia: um olhar crítico sobre o processo de revisão e alguns dos instrumentos urbanísticos propostos / Recife's new Master Plan and the right to housing: a critical look at the reviewing process and some of the proposed urban instruments**

*Danielle de Melo Rocha, Fabiano Rocha Diniz, Felipe Jardim*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/52706>  
2021

- **A reiteração do provisório: considerações sobre o emprego do Auxílio Aluguel no município de São Paulo.**

*Fernanda Pinheiro da Silva*

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202030pt>  
2020

• **A trajetória da política habitacional a partir da perspectiva do institucionalismo histórico / The trajectory of housing policy from the perspective of the historical institutionalism**

*Gabriel Moraes Outeiro, Durbens Martins Nascimento*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49554>  
2020

• **Direito à moradia e o Programa Terra Legal na Amazônia: um estudo sob o enfoque da igualdade de capacidades de Amartya Sen / Right to housing and the Terra Legal Program in the Amazon: a study under the equality of capabilities of Amartya Sen**

*Gabriel Moraes Outeiro, Daniella Maria dos Santos Dias*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39639>  
2020

• **Os "Community Land Trusts": potencialidades e desafios de sua implementação nas cidades brasileiras / The "Community Land Trusts": potentialities and challenges of its implementation in Brazilian cities**

*Tarcyla Fidalgo Ribeiro*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/40091>  
2020

• **A nova cartografia abissal após a promulgação da Lei 13.465/2017: análise das modificações promovidas em matéria de regularização fundiária urbana de interesse social / The new abyssal cartography after the promulgation of Law No 13.465/2017: analysis of modifications promoted concerning urban land regularization of social interest**

*Marcos Felipe Lopes de Almeida, Waleska Marcy Rosa*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/40098>  
2020

• **PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL E CONDIÇÕES DE MORADIA EM PEQUENAS CIDADES NA AMAZÔNIA PARAENSE**

*Walkiria Maria Sousa da Silva, Joana Valente Santana, Katia Maria dos Santos Melo, Pedro Paulo de Miranda Araujo Soares*

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17325>  
2021

- **Risk society and urban hygienism in the covid-19 scenario: urban invisibility and access to the house of social interest (HIS), in the national policy of the street population (PNPR). / Sociedade de risco e higienismo urbano no cenário covid-19: invisibilidade urbana e acesso à habitação de interesse social (HIS), na política nacional para a população em situação de rua (PNPR)**

*Leonio José Alves da Silva, Afonso Feitosa Reis Neto, Irani Farias Cunha Júnior*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/54933>  
2020

- **Entre vacâncias e as ocupações urbanas: repensando o direito à cidade a partir dos imóveis subutilizados no centro histórico de São Paulo (SP) / Between vacancies and urban occupations: rethinking the right to the city underused properties in São Paulo's historic center**

*Fabiana Felix do Amaral e Silva, Lidiane Maciel, Marina Cyrino Forti*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/45927>  
2021

- **Moradia popular, ocupações e propriedade no centro de São Paulo: a trajetória de uma família e de um edifício / Low income housing, squatting and property in downtown São Paulo: the trajectory of a family and a building**

*Renato Cymbalista*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/51511>  
2020

- **MORADIA NO SÉCULO XXI: ativo financeiro ou direito social?**

*Sávio Silva de Almeida, Cristina Pereira de Araújo*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8953>  
2020

- **A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil / The emergency of the new coronavirus and the “quarantine law” in Brazil**

*Deisy de Freitas Lima Ventura, Fernando Mussa Abujamra Aith, Danielle Hanna Rached*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49180>  
2021

- **Direito à saúde, jurisdição constitucional e estado de emergência constitucional: uma perspectiva crítica da pandemia / Right to health, judicial review and constitutional state of emergency: a critical perspective of the pandemic**

*Diogo Bacha e Silva, Alexandre Gustavo Melo Franco Moraes Bahia*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50341>  
 2021

- **COVID-19: análise crítica da distribuição constitucional de competências / COVID-19: a critical analysis of the constitutional division of powers**

*Rafael Da Cás Maffini*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49702>  
 2021

- **O papel da legislação na promoção do conforto ambiental e da salubridade nas cidades / The role of legislation in promoting environmental comfort and controlling the spread of coronavirus in cities**

*Ruskin Fernandes Marinho de Freitas*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/54912>  
 2021

- **Gouvernance et principes de l'environment en contexte de pandémie: des perspectives juridiques pour la transition mondiale / Governança e princípios do meio ambiente em um contexto de pandemia: perspectivas jurídicas para a transição mundial**

*Grace Ladeira Garbaccio, Alexandra Aragão*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/54312>  
 2021

- **AGRAVAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA Covid-19**

*Aline Martins Mesquita, Anna Júlia Giurizatto Medeiros, Elvira Simões Barretto, Jerônimo da Silva*  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17272>  
 2021

- **SARS-COV-2: pandemia, negacionismo científico populista de extrema direita e a utilização off label de medicamentos**

*Ana Taís Bassani, Gabriela Fabris, Sergio Simoni Junior*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17286>  
2021

• **INVENTANDO UMA CLÍNICA POSSÍVEL: acompanhamento remoto de usuários de saúde mental na pandemia de Covid-19**

*Bárbara Trentin Perdonssini, Moisés José de Melo Alves, Jessica Mabel Soares Teixeira Menezes*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17282>  
2021

• **Covid-19 crisis management in Mexico: initial reopening / Covid-19 gestão de crise no México: reabertura inicial**

*Benjamin Mendez Bahena, Jorge Culebro Moreno, Pablo Cruz Hernandez*  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/53644>  
2021

• **O REGRESSO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: um sintoma da pandemia de Covid-19?**

*Carla Alessandra da Silva Nunes*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17283>  
2021

• **ADPF das Favelas: mobilização do direito no encontro da pandemia com a violência policial e o racismo / "ADPF das Favelas": Legal mobilization in the intersection between police violence and racism**

*Carla Osmo, Fabiola Fanti*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61282>  
2021

• **PROJETOS SOCIETÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO PARÁ**

*Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Ediane Moura Jorge, Lais Ribeiro Gama, Mickaely de Lima Gomes*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17285>  
2021

• **Direito à saúde, jurisdição constitucional e estado de emergência constitucional: uma perspectiva crítica da pandemia / Right to health, judicial review and constitutional state of emergency: a critical perspective of the pandemic**

*Diogo Bacha e Silva, Alexandre Gustavo Melo Franco Moraes Bahia*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50341>  
2021

• **Estados protetores e agressores na sociedade mundial: os efeitos sociais da Covid19 / Protective and aggressive states in the world society: the social effects of Covid19**

*Esteban Torres*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/52886>  
2021

• **COVID-19 E INFORMALIDADE URBANA: diálogos entre Moçambique e Brasil**

*Gabriel Barros Bordignon, Jacinta Francisco Dias, Alefe Abraão da Silva dos Santos*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17279>  
2021

• **REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA - Entrevista especial com o Professor Doutor Almerindo Janela Afonso**

*Ilse Gomes Silva*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17296>  
2021

• **O IPTU na crise arrecadatária decorrente da pandemia (covid-19) / The iptu in the tax collection crisis resulting from the pandemic (covid-19)**

*Jeferson Teodorovicz, Paula Tatyane Cardozo Stemberg, Antônio de Moura Borges*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/54824>  
2021

• **El derecho de excepción: recurso democrático ante la pandemia COVID-19 en México / The right of exception: democratic recourse to the Covid-19 pandemic in Mexico**

*Joaquin Ordoñez*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/54111>  
2021



• **OS TRABALHADORES DAS PLATAFORMAS DE ENTREGAS: essencialidade em tempos de Covid-19 e desproteção legislativa e judicial / DELIVERY APP WORKERS: essentiality during Covid-19 and the lack of legislative and judicial protection**

*Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos, Lawrence Estivalet de Mello, Murilo Carvalho Sampaio Oliveira*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61285>  
2021

• **A defesa dos direitos dos trabalhadores em tempos de Covid-19: o caso da atuação do Ministério Público do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) / The defense of workers' rights in times of Covid-19: the case of the work of the Public Ministry of Labor of the 3rd Region (Minas Gerais)**

*Lígia Barros de Freitas*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61731>  
2021

• **Uma conjuntura crítica perdida: a COVID-19 nas prisões brasileiras / A lost critical juncture: COVID-19 in Brazilian prisons**

*Maíra Rocha Machado, Natália Pires de Vasconcelos*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61283>  
2021

• **Novo coronavírus (Sars-CoV-2): difusão espacial e outro paramar para a socialização dos investimentos no Brasil.**

*Márcio Rogério Silveira, Nelson Fernandes Felipe Junior, Rodrigo Giraldi Cocco*

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202024pt>  
2020

• **IMPACTOS DA COVID-19: contradições e enfrentamentos em defesa da vida da população negra**

*Margarida Cassia Campos, Angela Ernestina Cardoso Brito*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17280>

2021

• **AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO CONTEXTO PANDÊMICO: uma análise comparativa entre Brasil e América Latina**

*Mariana de Araujo Aguiar, Luciana de Araújo Aguiar*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17275>

2021

● **SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL LATINO-AMERICANOS E RESPOSTAS À PANDEMIA DE COVID-19: Argentina, Brasil e México**

*Mônica de Castro Maia Senna, Aline Souto Maior Ferreira, Valentina Sofia Suarez Baldo*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17333>

2021

● **Pandemic and biopolitics / Pandêmica e biopolítica**

*Nubia Cortes Márquez, Jorge Vélez Vega*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/54656>

2021

● **SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: Covid-19 e os reflexos em um ambiente de "pandemia estrutural"**

*Paulo Roberto Felix dos Santos, Izy Rebeka Gomes Lima, Maria Suelen Santos*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17287>

2021

● **ASSISTÊNCIA SOCIAL NO NEOLIBERALISMO: uma análise no contexto da pandemia da COVID-19**

*Robson Roberto Silva*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17273>

2021

● **A PANDEMIA E SEUS IMPACTOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

*Verônica Martins Tiengo*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17332>

2021

● **PANDEMIA DE COVID-19 E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO IDOSO NA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DA SAÚDE**

*Xavéle Braatz Petermann, Sheila Kocourek*

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17338>

2021

- **CONSELHOS EM "QUARENTENA"? Participação e controle social na política urbana na pandemia da Covid-19**

Liana Silvia de Viveiros Oliveira, Aparecida Netto Teixeira, Maria Auxiliadora da Silva Lobão, Camila Martins de Abreu Farias

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17278>

2021

- **Participação social em audiências públicas no planejamento urbano: estudo de caso do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo / Social participation in public hearings in urban planning: a case study of the Strategic Director's Plan of the municipality of São Paulo**

*Angela Limongi Alvarenga Alves, Rafael Barreto Castelo da Cruz*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49111>

2020

- **O direito e as cidades inteligentes: desafios e possibilidades na construção de políticas públicas de planejamento, gestão e disciplina urbanística / Law and smart cities: challenges and possibilities in the construction of public policies for urban planning, management and discipline**

*Janriê Rodrigues Reck, Fábio Scopel Vanin*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39618>

2020

- **O plano diretor como instrumento de concreção do estado socioambiental de direito ante a função social e ambiental da propriedade / The director plan as an instrument for the concretion of the social and environmental state of right to the social and environmental function of the property**

*Juliana Castro Torres, Lucas de Souza Lehfeld*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/50345>

2021

- **Gobernanza y conflicto. Dilemas de la participación social en el proceso de re-urbanización de la Villa 31 y 31 bis en la Ciudad de Buenos Aires (Argentina) / Governance and conflict. The dilemmas of social participation in the re-urbanization process of Villa 31 and 31 bis in the City of Buenos Aires (Argentina)**

*María Cecilia Zapata, María Florencia Rodríguez, María Soledad Arqueros Mejica, María Carla Rodríguez*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39669>

2020

- **Gentrificação decorrente de políticas públicas de regularização fundiária em Chapecó/SC / Gentrification arising out of public policies for land regularization in Chapecó/SC**

*Karen Bissani, Reginaldo Pereira*

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/43125>

2020.